

Ensaio

Texto de autora convidada. Recebido em: 1 out. 2023. Texto aprovado em: 21 fev. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Urbanização como violência. *Estudos Universitários: revista de cultura*, UFPE/Proexc, Recife, v. 40, n. 2, p. 27-52, jul./dez. 2023.

<https://doi.org/10.51359/2675-7354.2023.261696>

ISSN Edição Digital: 2675-7354



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

URBANIZAÇÃO COMO VIOLÊNCIA

URBANIZATION AS A VIOLENT PROCESS

Ana Fani Alessandri Carlos

Universidade de São Paulo (USP)

Doutora em Geografia

E-mail: anafanic@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0002-6312-9456>

 <http://lattes.cnpq.br/4781914919174065>

Resumo

O ensaio desenvolve uma reflexão baseada numa inversão do discurso sobre a violência urbana. Nessa direção, a violência caracterizaria o próprio processo de urbanização desigual e periférico, e não a criminalidade. Essa violência, que tem como pressuposto o modo como o capitalismo se realiza na contemporaneidade, localiza-se na vida cotidiana sob várias formas (fome, habitação inexistente ou precária etc.), iluminando a despossessão como obstaculização à realização da “vida digna”. Esclarecer os fundamentos dos conflitos se impõe à investigação. Aqui, todavia, apenas se esboça o caminho.

Palavras-chave: produção do espaço. cidade. cotidiano. violência.

Abstract

The essay develops a reflection based on an inversion of the discourse on urban violence. In this sense, violence would characterize the process of unequal and peripheral urbanization, and not criminality. This violence, which is based on the way in which capitalism is realized in contemporary times, happens in everyday life in various forms (hunger, non-existent or precarious housing etc.), shining a light on dispossession as an obstacle

to the realization of a “dignified life”. Here, however, this path is only sketched out.

Keywords: production of space. city. daily life. violence.

INTRODUÇÃO

O grande desafio que se coloca, hoje, no horizonte da investigação urbana – e da sociedade urbana – é compreender a desigualdade nas cidades, sempre apontada formalmente, mas pouco compreendida. Diante dessa problemática, uma abordagem possível, do ponto de vista da Geografia, é situar, no plano da prática social urbana, a desigualdade como uma prática espacial na medida em que todas as relações sociais realizam-se em espaços e períodos de tempo específicos. Tal consideração sinaliza uma prática sócio-espaço-temporal, a qual decorre do fato de que não existiria uma sociedade *a-espacial* (Santos, 1978; Carlos, 2011). No entanto, o que situa a sociedade no espaço também o produz como dimensão real e concreta da vida, portanto, espaço é conceituado como momento da reprodução social (Carlos, 1978)¹.

1 Esse caminho que descobre a “produção do espaço” como momento constitutivo da própria civilização se faz por dentro do próprio movimento do pensamento geográfico, que, em sua evolução, permitiu superar a ideia de localização dos fenômenos no espaço geográfico, em direção ao conceito de produção do espaço a partir da relação homem-natureza mediado pelo trabalho (Carlos, 1978), num caminho diferente daquele seguido por Lefebvre em sua obra de 1978. Portanto o conceito de produção do espaço não entra na Geografia pelas reflexões de Lefebvre, fato este ignorado por grande parte dos geógrafos brasileiros.

As condições originais da produção (ou, o que é a mesma coisa, da reprodução de um número crescente de seres humanos pelo processo natural dos dois sexos; pois, se essa reprodução, por um lado, aparece como apropriação dos objetos pelos sujeitos, por outro, aparece igualmente como formação, sujeição dos objetos a uma finalidade subjetiva; sua transformação em resultados e receptáculos da atividade subjetiva), originariamente, não podem ser elas próprias produtos - resultados da produção (Marx, 2005, p. 489, tradução nossa).

Ao pensar conteúdos sociais que dão sentido ao processo desta pesquisa, foi possível definir o espaço como condição/meio e produto das relações sociais, isto é, da sociedade em sua totalidade (Carlos, 1987). É importante sinalizar que esses conteúdos se desenvolvem a partir da atividade transformadora do trabalho, que, ao longo do processo histórico, produziu o mundo social naturalmente. Assim, a sociedade, constituindo-se enquanto tal, o faz produzindo um mundo que é próprio do ser humano em seu papel de sujeito-produtor da espécie e do mundo social como momento de sua própria objetivação. O espaço, portanto, se produz a partir da condição ativa do sujeito, cuja ação contém a finalidade de superar a manutenção da própria vida na medida em que é produção de sua própria história (civilizatória) através da metamorfose da natureza. O espaço produzido parte, portanto, dos processos sociais que o qualificam como o urbano que se materializa na própria cidade, sendo então um movimento que transforma a natureza em espaço social.

Compreendida como momento da reprodução do espaço, a urbanização revela a sua contradição essencial diante do sistema capitalista: o espaço urbano (cujo sujeito é a sociedade) é um

produto histórico e social, todavia, sua apropriação é privada, sendo marcada pela mediação da troca. Portanto, o acesso aos lugares de realização da vida são mediados pelo mercado (Carlos, 2022b). Essa contradição está na base da distribuição desigual da moradia na sociedade assimétrica assentada na propriedade privada, um dos fundamentos do sistema capitalista. Assim, o espaço se apresenta sob a forma da mercadoria de onde se desencadeiam a contradição do valor de uso – a produção dos lugares da vida, improdutivos do ponto de vista da acumulação – e do valor de troca – o espaço como condição de valorização, tanto no que se refere à realização do ciclo do capital produtor de mercadorias clássicas, como da produção dos lugares da cidade no circuito de valorização através do setor imobiliário.

Destarte, o espaço urbano como mercadoria se concretiza pela violência imposta pela abstração que domina as relações sociais a partir de trocas sociais de todos os tipos. Deste modo e, sob a égide do valor de troca, a produção do espaço submete-se à lógica da propriedade, a qual se dá pela apropriação privada de parcelas da cidade, sobre as quais o proprietário pode dispô-la como esfera exclusiva de um arbítrio privado que exclui todas as outras possibilidades de uso através do contrato jurídico que sela sua condição de proprietário. Dessa forma, a fronteira como limite imposto pelo acúmulo de riqueza social na prática sócio-espaço-temporal marca a segregação entre as pessoas, impondo-se pela fragmentação dos lugares da cidade. Essa lógica pode ser constatada pela renda como importante marcador da localização da moradia na cidade, definida numa relação entre a renda familiar e o preço do metro quadrado do solo urbano pela mediação do mercado imobiliário. Essa correlação renda-lugar de moradia está definida por

relações contratuais claras que escondem de um lado a exploração do trabalho (sob o contrato que define o salário ou na sua ausência decorrente da fragilização dos direitos) e de outro a mercantilização do solo urbano na cidade, tratada como mercadoria e, portanto, objeto de compra e venda. Assim, a cidade reproduzida no mundo moderno sob a orientação do valor de troca posiciona o cidadão no seu espaço, determinando a sua vida cotidiana. Nesta orientação, o valor de troca entra em conflito com o valor de uso (e com o uso) do espaço como dimensões da vida humana, revelando a cidade como resultado da segregação e hierarquização impostas pela propriedade privada.

A sociedade se constitui produzindo obras e objetos. A exterioridade que o objeto contempla é expressão da totalidade do processo social, atualizando os conteúdos da alienação no mundo de hoje – tendencialmente urbano. É assim que a cidade produzida socialmente, e apropriada privadamente, se exterioriza em relação ao sujeito produtor que a vive com estranhamento (Baudelaire, 1985).

Vivida no plano da vida cotidiana, a contradição supracitada ganha o contorno de conflitos. Isto porque o desenvolvimento do capitalismo não ocorre de modo cego, mas estratégico, e a reprodução do espaço faz parte de suas estratégias de realização, ou seja, ao se desenvolver, o sistema capitalista produz contradições e as supera através de estratégias que contemplam a produção do espaço (Lefebvre, 1968). É assim que a lógica do processo de produção social do espaço urbano, no contexto capitalista, tem em sua essência a violência que se encontra nos fundamentos desse sistema: sociedade de classes, propriedade privada da riqueza acumulada em poder de uma classe, associação entre

poder do dinheiro acumulado e o poder político (Carlos, 2022b). Nesse sentido, o capitalismo serve às necessidades da acumulação de capital por meio da metamorfose dos usos e das funções dos lugares que também se reproduzem sob a lei do reprodutível².

Portanto, do ponto de vista da prática espacial vivida no plano da vida cotidiana, os movimentos sociais despontam nas cidades questionando as condições de reprodução da vida. Em grande parte, esses movimentos são motivados pelas condições de moradia, mas sobretudo por seu acesso (mediado pelo mercado) por parcela significativa da sociedade brasileira. O preço da moradia revela-se não só na precariedade ou inexistência de infraestrutura como água, energia, esgoto etc., mas também nas deficiências no atendimento voltado para educação e saúde, bem como na ausência/deficiência de transporte, imobilizando assim parte significativa da sociedade nesses lugares.

Deste modo, podemos caracterizar a crise contemporânea como social e urbana para além do campo econômico, obrigando-nos a pensar a totalidade do mundo (como totalidade social) em suas contradições produzidas pela lógica ampliada da acumulação capitalista (no movimento constante da valorização do valor econômico³) que supera suas crises abrindo novos horizontes para a reprodução continuada do capital em detrimento da vida

2 A qual determina que a atividade produtiva (bens materiais e imateriais) produz coisas no espaço enquanto produz o próprio espaço, também tratado como mercadoria (Carlos, 2017).

3 Segundo Pereira Jr. e Sousa (2019), o valor econômico é definido em relação às trocas econômicas reais ou potenciais, enquanto o valor social é definido em relação às ações de promoção das pessoas, isto é, ao desenvolvimento humano.

humana. Nesse sentido, podemos afirmar que, em sua reunião, as lutas sociais iluminam a “privação do humano” como produto do processo de despossessão, o qual fundamenta a violência do processo de produção do espaço urbano, pontuando o modo como a vida se reproduz de forma desigual e atualizando a contradição centro-periferia em várias escalas. Essa despossessão entra em contradição com o sentido da prática social, que é aquele das apropriações reais e possíveis – aquele que rompe a racionalidade imposta como necessidade e urgência, desencadeado pela produção do espaço urbano sob a lógica da acumulação sempre ampliada do capital (Carlos, 2022a).

Entre o passado e a exigência de construção de um projeto de transformação radical desta condição urbana está a necessidade de entender o que fundamenta a violência no âmago do processo de constituição da urbanização como movimento da produção do espaço. Deste modo, a hipótese aqui desenvolvida desloca o debate da violência urbana focada na criminalidade para localizá-la no cerne do processo de urbanização apontado por Sampaio (2011, p. 140)

[...] o processo de urbanização é a expressão, por excelência, do progresso capitalista. Se o processo de urbanização permitiu melhoras concretas na vida individual e social, no entanto, acreditamos que a sua admissão enquanto progresso esconde que ele só pode se realizar dialeticamente, a partir de e colocando contradições profundas. Nesse sentido, desvendar o que se coloca contraditoriamente ao progresso, assim como desvendar o que se coloca contraditoriamente a um processo que parece pacífico, mas que, em essência, também é violento, é um passo importante na conquista da desmistificação da consciência que enxerga na reprodução dessa sociedade o caminho em direção a uma felicidade abstrata e codificada,

quando na realidade continua colocando, mesmo que disfarçadamente, a barbárie como seu fundamento e resultado.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA EXPANSÃO-EXTENSÃO DO CAPITAL

A reprodução do espaço urbano tem centralidade no processo de acumulação e expansão do capital na medida em que é um momento (e movimento) de produção capitalista. O ciclo do capital como momento do processo de valorização do espaço se dá com a concretização da concentração do dinheiro, do mercado e da força de trabalho, além de concentrar a produção desenhando eixos de circulação, ou seja, um espaço produzido para permitir o movimento da produção/circulação/realização da mais-valia gerada no ciclo do capital em seu movimento ascendente. Em seu desdobramento no capitalismo, a acumulação envolve um duplo movimento da produção do espaço: a) enquanto condição-meio e produto do processo de valorização do capital; e b) como momento do próprio processo de valorização, isto é, o próprio espaço se produz como mercadoria. Esse duplo movimento da produção do espaço pesa sobre a vida cotidiana.

Deste modo, o movimento de produção-reprodução do capital se realiza no espaço, garantindo o movimento do seu ciclo produtivo, que se faz através do processo de urbanização. Este processo não se realiza, todavia, pela simples expansão-extensão da cidade como tecido urbano, mas como movimento, primeiro constitutivo e induzido pelo processo de industrialização e depois como movi-

mento de reprodução da própria urbanização.

Como citou Lefebvre (1968), o processo de urbanização anuncia uma problemática: o movimento de reprodução de mercadorias e de seu mundo se alimenta da produção do espaço urbano (a cidade e sua extensão), bem como das relações sociais definidas no plano do cotidiano (o consumo programado) numa sociedade normatizada e planificada sob a ação do Estado. Trata-se do momento em que a acumulação vai se deslocando da esfera produtiva, no seio do processo industrial, para a esfera da produção da cidade (a cidade como negócio). Esta estratégia, posta em marcha pelo movimento da acumulação, também promove a venda de particularidades - naturais ou históricas - dos lugares pela produção do mercado imobiliário voltado aos setores turístico e de lazer, por exemplo. Mas também, aponta a construção de condomínios fechados nas antigas áreas industriais ou nas franjas da cidade⁴ para uma parcela da sociedade que busca “qualidade de vida melhor”, sinalizando o movimento da reprodução do setor imobiliário na produção do espaço, o que significa que a sua produção passa a ser um momento do processo de valorização do capital.

Portanto, o momento atual revelaria a passagem da produção do espaço como uma condição da acumulação do capital – a produção de mercadorias clássicas – para a produção do espaço como condição da reprodução atual diante da crise da acumulação (Alvarez; Pádua; Simoni-Santos; Volochko, 2015). Trata-se, portanto, de

4 “As Franjas Urbanas/Rurais são o território onde o rural e o urbano se encontram, criando uma mistura onde não existe o predomínio de um sobre o outro, de tecido e de relações” (Martins, 2017, p. 3).

pensar as contradições do processo no seio da sociedade produtora do espaço produzindo e resolvendo as crises de acumulação através da produção da cidade.

SOBRE O CAPITAL FINANCEIRO

A urbanização ilumina o papel da produção do espaço no movimento de acumulação, seja como força produtiva do capital ou como um negócio nas mãos dos possuidores do monopólio da riqueza social gerada em suas várias formas, que se firmam na existência da propriedade privada que associa classe social e poder pela mediação do Estado. Neste movimento, o mercado imobiliário ganha centralidade, principalmente nas grandes cidades, com a verticalização das áreas de expansão do núcleo histórico a partir da construção de edifícios residenciais (voltados para o mercado de média/alta renda) ou corporativos, bem como centros culturais, museus, shoppings etc., na esteira do deslocamento e fechamento de antigas indústrias. No centro da cidade, as políticas de revitalização de “áreas degradadas” (do ponto de vista do mercado e quase sempre habitadas por grupos sociais de baixa renda) visam a reintrodução destas no circuito da valorização como momento da reprodução do espaço. Com esta estratégia, expulsa-se os grupos sociais diversos e diferenciados que usam estes lugares, seja como locais de moradia ou como lugares de sociabilidade, apontando uma estratégia de classe.

A destruição material de parcelas da cidade para a realização dos processos de valorização é também a destruição indiferente da vida de parcela da população, a mais pobre, obrigada a reconstruir suas próprias condições de vida na metrópole, seu cotidiano, em bases

cada vez mais empobrecidas no urbano (Pádua, 2018, p. 161).

No espaço, significa que a orientação e as mudanças nas formas, estruturas e funções dos lugares trazem, em si, transformações no uso e no acesso à cidade pelos cidadãos para além da esfera produtiva. É assim que a morfologia social se materializa enquanto espaço, revelando-se, por exemplo, na sequência diferenciada da paisagem dos bairros. Nesse sentido, a dimensão concreta da produção do espaço (que engloba, mas não se restringe à produção puramente material do espaço) demonstra uma objetividade não absoluta. A realidade como movimento da reprodução das relações sociais, sob a orientação da expansão inexorável do processo capitalista incorporando a produção do espaço da vida cotidiana, ilumina estratégias e projetos diferenciados de classe. Esses são marcadores da violência urbana associadas ao modo como o capitalismo se desenvolve socialmente e espacialmente no mundo moderno sob a fase neoliberal.

Em sua amplitude, o neoliberalismo apresenta a violência que, para Chauí (2017), pode ser constatada: a) nas transformações do mundo do trabalho pela passagem do Fordismo para o Toyotismo, que vem acompanhado pela redução dos direitos dos trabalhadores e perda da liberdade sindical; b) na política salarial que torna o desemprego algo estrutural; c) no poder do capital financeiro, que desvincula a economia real da virtual com sua capacidade de definir as políticas de vários Estados nacionais; d) na crise do Estado de “bem-estar social”, impedindo a transferência do fundo público como forma de salário indireto à sociedade; e) nas novas tecnologias que estruturam um novo poder planetário de vigilância e controle que suplanta os Estados nacionais e as particularida-

des sociais; f) na mudança do papel da ciência, aprofundando sua condição de força produtiva pela ação das empresas financiadoras de pesquisas através de parcerias com a universidade; g) no encolhimento do espaço público e no alargamento do espaço privado (aquele do mercado). Chauí (2017) também chama atenção para o fato de que a fragmentação e a dispersão da produção levam à experiência sócio-espacial descontinuada e temporalmente contrabalançada pela experiência da compressão espaço-temporal, acarretando novos meios tecnológicos nos quais o espaço se comprime no “aqui” (sem referência topológica) e o tempo se comprime no “agora”, sem referência ao passado e à memória.

Assim, a autora sinaliza a violência localizada no espaço como uma forma de experiência fora do universo da análise e também ressalta a importância da produção do espaço tanto como elemento da acumulação sob o regime neoliberal quanto o seu papel no aprofundamento da violência do processo de urbanização. Essa violência pode se dar pela substituição de uma classe social por outra de maior poder aquisitivo como uma consequência das ações que promovem a valorização do território urbano, cabendo, assim, às classes de renda mais baixas um movimento em direção às periferias cada vez mais distantes de suas antigas residências, dos seus locais de trabalho e de sociabilidade, segregando a cidade e destruindo memórias construídas a partir do lugar de moradia com os lugares vividos coletivamente (Carlos, 2022c).

Em vista disso, o primeiro caso citado por Marilena Chauí, sobre a passagem do Fordismo para o Toyotismo, se refere ao papel da produção do espaço urbano já apontado neste ensaio tanto como possibilidade de realização do ciclo do capital de produção da mercadoria, quanto como matéria-prima para efetivação do capi-

tal financeiro através do consumo produtivo do espaço. Neste processo, assume importância o Estado produtor de políticas públicas (como forma de intervenção espacial através do planejamento), dirigindo o orçamento e a construção da infraestrutura urbana para as localizações escolhidas pelo setor produtivo. Nesse contexto, a mediação do Estado ganha cada vez mais importância, construindo infraestrutura, regularizando estoques de terra urbana, realizando operações urbanas e criando o discurso que as viabiliza. Essa ação vem acompanhada da expulsão de parcela da sociedade que habita os lugares que são foco do movimento de valorização a partir da lei de desapropriação, zoneamento etc., além da coordenação do sistema financeiro por meio de regularizações, garantindo a liquidez das inversões de capitais no espaço. No caso específico da metrópole paulistana, escreve Alvarez (2018, p. 76)

O Estado tem a prerrogativa da ação sobre a propriedade imobiliária e sobre os investimentos públicos, mais do que isso, ele detém os instrumentos jurídicos e de coação que permitem a produção do “novo” na metrópole. A racionalidade e a estratégia do Estado se impõem e, diferentemente do predomínio de uma perspectiva regulacionista sobre a metrópole no sentido de garantir que a reprodução se realize num patamar de menor segregação socioespacial, o que se tem observado é o seu aprofundamento.

Assim, marcadas pela ação dos promotores imobiliários, em consonância com as estratégias do sistema financeiro, a gestão política reorganiza o processo de reprodução espacial por meio do poder local que intervém no processo de produção da cidade – reforçando a hierarquia de lugares e criando novas centralidades. Essa cidade tornada negócio subsume outras formas, como a moradia, ela mesma um negócio.

Através do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), o Estado viabiliza a reprodução imobiliária e financeira facilitando a valorização e produção de fragmentos espaciais de áreas metropolitanas periféricas e assegurando a continuidade das estratégias privadas. A condição de pobreza e em parte de déficit habitacional é então amarrada pelo Estado à acumulação capitalista, que fica assim cada vez mais encarregada da produção da urbanização (Volochno, 2015, p. 113).

É assim que o processo de reprodução como processo de valorização, ao envolver a produção da cidade, se realiza sob a égide da segregação urbana como forma de propriedade privada da riqueza numa sociedade de classes. Esse movimento do processo de apropriação/produção/reprodução do espaço em seus conteúdos sociais indica as contradições vividas na cidade, revelando o papel do espaço no processo produtivo e, assim, iluminando a desigualdade. O processo de urbanização se materializa no seio da sociedade, dando centralidade à produção do espaço no processo de urbanização, hoje, em sua fase mundializada sob a orientação do capital financeiro.

No segundo caso citado por Chauí (2017), referente à política salarial que torna o desemprego algo estrutural, esse movimento realiza um novo momento de despossessão. Assim, no plano da sociedade e da vida cotidiana no lugar, o neoliberalismo inaugura a barbárie vivida concretamente como consequência da precarização dos contratos de trabalho, da importância do trabalho informal em relação à carteira assinada e ao crescimento do desemprego. Essa condição indica o lugar que esses grupos ocuparão na cidade e as condições da vida urbana.

A contradição centro-periferia é esclarecedora dessa desigualdade passível de ser lida na diferenciação espacial como forma dessa condição, na qual o indivíduo vive, cada vez mais, a urgência, preso à sobrevivência imposta pela privação experienciada. As periferias, de certa forma improvisadas, se ampliam como decorrência dos processos de valorização do espaço, constituindo-se cada vez mais em formas impróprias ao ato de morar, assinalando, com sua crueza, a provisoriedade da vida imposta pela profunda desigualdade impressa na base da constituição da sociedade brasileira, enquanto a fome coroa a barbárie. A sociedade diferenciada, estruturada na desigualdade de classe e de raça, instrumento do poder, se defronta, assim, com a vida esvaziada de seus conteúdos quando encerrada no nível da sobrevivência. Essa situação dá conteúdo à violência do processo de urbanização.

SOBRE O COTIDIANO COMO LUGAR ONDE SE LÊ/VIVE A PRIVAÇÃO

A sociedade se apropria do mundo enquanto espaço pelo tempo determinado de acordo com o desenrolar da vida, contraditoriamente, como necessidade e desejo. Nessa perspectiva, revela-se uma prática (social) que se realiza espacialmente e aponta como possibilidade pensarmos na imanência da produção do espaço no processo de constituição da sociedade. Nesse contexto, a reprodução continuada do espaço se realiza como aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida social em suas contradições.

Em sua objetividade, no plano do lugar e no nível da vida cotidiana, a produção do espaço aponta uma realidade envolvida pela

norma que organiza e orienta a vida, dominando o processo de trabalho e, a partir deste, subsumindo todas as relações sociais (dentro e fora da fábrica por meio da dominação da estruturação de classes da sociedade, definindo os contratos de trabalho e de moradia, por exemplo). Isso se deve ao fato de que a lógica que orienta o processo de valorização produz, continuamente, a vida cotidiana, pois subsume todas as relações sociais, bem como todos os espaços-tempos da vida às necessidades de acumulação na sociedade, definida por Lefebvre (1991) como “burocrática de consumo dirigido”.

O foco no cotidiano e na cidade ilumina a distribuição diferenciada da sociedade no espaço, objetivada na hierarquização entre grupos sociais e na localização dos mesmos na cidade. Essa hierarquização dos lugares traz em si o movimento da fragmentação dos espaços-tempos de realização da vida cotidiana, marcados pela propriedade privada que se manifesta no mercado imobiliário como troca de equivalentes (atravessando todos os níveis da vida social), obscurecendo o caráter desigual da troca social. Significa dizer que as formas de acesso aos espaços-tempos cotidianos se objetivam pela mediação da propriedade privada e do mercado, distribuindo a sociedade na cidade. Estas formas diferenciadas de apropriação da cidade encontram-se definidas pela ação reguladora e organizadora fundada na forma contratual (jurídica) da propriedade privada dos objetos e das parcelas do espaço.

A fragmentação dos lugares, como decorrência da ação da propriedade estruturando as trocas impostas pelo mercado (pela mediação da forma contratual), revela os usos do espaço a partir das articulações entre os momentos do lazer, do trabalho e da vida privada, mobilizando lugares estabelecidos com funções rígidas.

A cidade contemporânea materializa as contradições produzidas através da funcionalização dos lugares da vida que os esvazia de conteúdo. É assim que os espaços públicos são esvaziados, deteriorados ou até mesmo privatizados, trazendo neste processo o esvaziamento das relações sociais por meio da fragilização das possibilidades dos encontros, reuniões e participação da esfera pública no espaço público.

Uma conquista da modernidade foi fragmentar a vida cotidiana por meio da separação desta em espaços-tempos definidos e recortados, cada um com funções específicas apontando a condição objetiva do ser humano cindido, envolto no individualismo e preso ao mundo da mercadoria. O momento em que a urbanização expressa-se, em toda sua violência, como fonte de privação é quando o sujeito é destituído das condições da vida, em suas possibilidades criativas e em sua alteridade.

Deste modo, a reprodução do espaço urbano, sob a lógica da acumulação capitalista, repõe as condições que a fundamentam: a desigualdade dos indivíduos na sociedade vivida concretamente por meio dos modos de apropriação diferenciados, fundados na propriedade privada da riqueza social, em suas várias formas, que estruturam as relações sociais de classe no plano da prática sócio-espaço-temporal cotidiana. Deste modo, o espaço urbano dominado serve à reprodução das relações sociais de produção, visando o crescimento que se impõe a todos, restabelecendo, constantemente, a continuidade do ciclo de valorização do capital que estrutura a vida, trazendo a negação do outro, que todavia nos é igual, fundando uma nova urbanidade que se constitui pela mediação de novos objetos técnicos que metamorfoseiam as relações de socia-

bilidade no urbano preso ao individualismo fundado na condição do indivíduo enquanto consumidor de bens e serviços de todos os tipos. Em decorrência disso, esses novos objetos técnicos e sua valorização social desestruturam famílias, separam as atividades e esgarçam as relações sociais, destituindo as pessoas dos referenciais que sustentam a vida e libertam o corpo.

Deste modo, no espaço, a desigualdade social realiza-se como segregação, que é o produto mais bem acabado da existência e concentração da propriedade da riqueza. No plano social, a reprodução do espaço urbano efetiva-se como fonte de privação, o sujeito é destituído das condições da vida: situação decorrente da reprodução que se orienta pelo valor de troca, que se ergue contra o valor de uso, iluminando a desigualdade dos indivíduos vivida concretamente através dos modos de apropriação do espaço. É assim que, no plano da vida cotidiana, a insatisfação das necessidades nunca atendidas, da percepção das injustiças na distribuição da riqueza social, bem como da consciência da orientação das políticas públicas voltadas ao crescimento econômico (sem desenvolvimento), sinalizam o sentido oculto da violência. Dessa forma, é nos espaços da vida que se revelam os conflitos, os quais surgem das relações de desigualdade que se mantêm, amplificadas na assimetria espacial fundada nos acessos diferenciados à cidade onde o centro organiza o entorno e hierarquiza a periferia, delimitando a vida através dos acessos diferenciados aos espaços necessários para a realização da vida.

Essa situação vem acompanhada de uma nova urbanidade constituída pela centralidade das mercadorias, que mediam as relações sociais, redefinindo assim as formas de apropriação do espaço da cidade: aprisionando o corpo e criando barreiras concretas para a

mobilidade socioespacial. Invaso por determinações que fogem ao lugar, o cotidiano se realiza como ordem planificada do espaço e do tempo, entre a metamorfose irreversível do espaço e os resíduos que persistem na dicotomia entre o uso e a troca. Sob a égide do valor de troca, a vida é homogeneizada: esta lógica penetra na vida, recriando-a e, tendencialmente, destruindo e destituindo a história e a identidade que o indivíduo mantém com seu entorno espacial, constituidora das relações de sociabilidade. Uma urbanidade fundada nos signos do consumo vai redefinindo constantemente as relações sociais, negando a cidade como lugar de encontros/desencontros, da comunicação, do diálogo e da sociabilidade portadora de uma história coletiva.

O processo de acumulação se realiza, portanto, dentro e fora da esfera estritamente econômica para dominar todos os níveis da realidade, englobando a reprodução de toda a sociedade como necessidade de ampliação da base social de consumo, o qual não se prende, hoje, apenas às mercadorias clássicas. Nesta condição, o cidadão é massacrado pelo processo de homogeneização, subsumido à lógica da acumulação, à linguagem e aos signos da mercadoria, ao criar a base para o desenvolvimento de sua condição universal de consumidor, o que lhe destitui de seus conteúdos. Nesse sentido, privados de vida urbana atual ou possível, um problema prático (logo político) se coloca: as lutas em torno do direito à cidade de um lado e a fortificação dos enclaves de riqueza de outro.

A PRODUÇÃO DO DISCURSO QUE SUSTENTA E ILUMINA A IDEOLOGIA DO PLANEJAMENTO

O cotidiano é também o campo da espontaneidade, daquilo que escapa e se contrapõe a este mundo de mercadorias e imagens (Lefebvre, 1961). É o lugar onde está posta a possibilidade de superação das alienações vividas em sua extrema violência e explicitada nas lutas na cidade, pela cidade. Estas sinalizam a urgência em superar a vida cativa da necessidade que impõe a provisoriabilidade no lugar das novas formas de trabalho que se desdobram no acesso à moradia e, a partir desta, na cidade. As lutas denunciam o sujeito preso à necessidade que se encerra num mundo de humilhação e violência.

No plano teórico, um imenso “campo cego” domina o debate sobre a violência urbana através de uma inversão: a violência aparece como criminalidade e, nesta condição, obscurece as contradições produzidas pela reprodução do capital em seu desenvolvimento. Nessa direção, os conceitos de classe social e propriedade privada “se desmancham no ar”. O pensamento crítico se destitui de importância e com ele o sentido do projeto social de transformação do mundo social invertido pelo capitalismo e justificado no plano teórico. Esse movimento se materializa na forma de propostas de superação das condições vividas, imerso na lógica do pragmatismo, o qual delinea o pensamento e a ação que funda o ato de planejar, projetando a anticidade sob a perspectiva da eficiência econômica. Aqui, a ciência propõe a “política pública” como projeto social, encobrindo a necessidade da crítica à ação do Estado e, nessa direção, encerrando a análise do binômio que

associa violência-segurança.

No campo da política, mobilizados e sustentados pelo discurso que provoca o medo, os aparatos de segurança na cidade esgarçam as relações sociais, esvaziando os espaços públicos de seus conteúdos civilizatórios. A prática, atravessada pela ideologia, se sustenta no discurso da identificação da violência com a pobreza, produzindo então o aprofundamento da segregação socioespacial e impondo fronteiras cada vez mais bem delineadas que aprofundam a separação dos grupos sociais, separando os pobres e criminalizando a pobreza e o seu lugar na estrutura urbana. Por outro lado, o discurso da violência tem um sentido produtivo no mundo moderno, pois ele permite a ampliação dos setores econômicos da acumulação através do desenvolvimento da indústria de segurança (armamentos, edificação de cercas elétricas, criação de um amplo setor de serviços de segurança etc.), além do movimento do mercado imobiliário que produz a paisagem onde destacam-se muros e cercas de um lado e a extrema aglomeração das casas nunca finalizadas de outro. Deste modo, no plano sócio-espacio-temporal, a degradação de um modo de vida que naturaliza a violência produz, insistentemente, a negação do outro.

Sob a lógica da necessidade do planejamento, como condição da superação dos dramas urbanos, se realizam as intervenções urbanas expulsando grupos sociais que ficam no caminho das possibilidades sempre acrescidas de realização do lucro através da criação de novas áreas na cidade passíveis de serem vendidas no mercado imobiliário. Assim, aprofunda-se a contradição centro-periferia através do avanço dos processos de valorização que se realizam pela concretização de lugares urbanos que destituem o cidadão da cidade socialmente produzida. Este projeto “a-social”

desdobra-se: a) na perda da coesão social, afastando o outro que lhe é diferente; b) no esvaziamento dos espaços públicos em detrimento dos espaços cercados e protegidos, com a abundância dos semi-públicos; c) na construção de barreiras urbanas de proteção, ou seja, cercas, muros, guaritas e instalação de câmeras de vigilância; e d) na “perda do futuro” (Carlos, 2023). Trata-se, portanto, de um processo de reprodução que, ao ganhar toda a sociedade, impõe um modo de vida num novo espaço, no qual a necessidade da reprodução econômica entra em confronto com a reprodução da vida, que é cada vez mais percebida como estranhamento. A violência no seio da sociedade brasileira tem expressão socioespacial. Aqui se localiza a violência da urbanização, naturalizada pela ideologia do planejamento.

CONCLUSÕES

O debate sobre violência é invertido. Ignora contradições porque sua análise se prende à superficialidade imposta pelo novo tempo do conhecimento que, destituído da compreensão do mundo, produz a ignorância que se fecha no pragmatismo. Portanto, o modo como se atua no espaço urbano, como necessidade imposta pela crise urbana, requer a compreensão da prática urbana da sociedade do século XXI, na qual os políticos e planejadores tendem a ignorar por desconhecimento ou visão de mundo assentada no imediatismo que move o pragmatismo, diante da barbárie imposta à sociedade pelo neoliberalismo – nos planos prático e teórico.

O que fica no “campo cego” da compreensão é o fato de que o movimento de urbanização traz consigo o sentido do inumano dado

pela perda do futuro, desesperança e a constatação do desprezo da sociedade pela vida digna de toda a coletividade, posto que esta é sujeitada às formas de valorização e às barreiras impostas pela delimitação das áreas de domínio de facções do tráfico (que impõe barreiras ao movimento livre das pessoas no lugar da vida) chegando até ao “toque de recolher”. É assim delineada a barbárie que não pode ser entendida apenas através dos indicadores de pobreza, fome, infraestrutura, desemprego porque, penetrando a vida, entorpece a consciência. Impossível viver nesta penúria. “A sociedade chegou ao impensável, desenhou um novo patamar: aquele do intolerável que acompanha a desmedida da violência que sustenta a acumulação” (Carlos, 2023), produzindo a cidade segregada. É assim que, a cidade produzida socialmente e apropriada privadamente, percebida como estranhamento, atualiza a alienação no mundo moderno.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, I. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. (org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2018.

BAUDELAIRE, C. *As flores do mal*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CARLOS, A. F. A. *Reflexões sobre o espaço geográfico*. 1978. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

CARLOS, A. F. A. *(Re)produção do espaço urbano: o caso de Cotia*. 1987. Dissertação (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

CARLOS, A. F. A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011, 157 p.

CARLOS, A. F. A. *Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espa%C3%A7o-Tempo%20da%20Vida%20Cotidiana%20na%20Metr%C3%B3pole_.pdf. Acesso em: 6 dez. 2023.

CARLOS, A. F. A. Entre a urgência e a utopia. Produção do espaço, crise urbana e direitos humanos em tempos de pandemia. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; LENCIONI, S. (org.). *Produção do espaço e direitos humanos: a pandemia dá destaque à geografia*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2022a. p. 15-42.

CARLOS, A. F. A. Crise urbana e pandemia a dialética entre urgência e utopia. In: CARLOS, A. F. A.; RIZEK, C. (org.). *Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo - USP, 2022b. p. 16-43.

CARLOS, A. F. A. El concepto de “producción del espacio” y la dinámica urbana contemporánea bajo el dominio de lo financiero. *Revista De Geografía Norte Grande*, n. 82, 2022c. Disponível em: <https://revistanortegrande.uc.cl/index.php/RGNG/article/view/38101>. Acesso em: 2 out. 2023.

CARLOS, A. F. A. *A Geografia que fala ao Brasil - XIV Encontro Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Geografia*. 1. ed. João Pessoa: ANPEGE, 2023. v. 1. 581.

CHAUÍ, M. *Sobre a violência: Escritos de Marilena Chauí*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. v. 5.

LEFEBVRE, H. *Critique de la vie quotidienne*, v. 2. Paris: L'Arche Éditeur, 1961.

LEFEBVRE, H. *Le droit à la ville*. Paris: Éditions Anthropos, 1968.

LEFEBVRE, H. *Les contradictions de l'Etat moderne: La dialectique de l'Etat*. Paris: UGE, Collection "10/18", 1978.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução: Alcides João

de Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991.

MARTINS, D. Estruturação e Planejamento do Crescimento da Franja Urbana de Triunfo/RS. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MARX, K. *Grundrisse*. Londres: Penguin Books, 2005.

PÁDUA, R. F. Produção estratégica do espaço e os novos produtos imobiliários. In: ALVAREZ, I.; CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. (org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2018, p. 145-164.

PEREIRA JR., A.; SOUSA, F. Valor econômico e reconhecimento social do valor: um ensaio em filosofia da economia. *Revista Simbo-Logias*, São Paulo, v. 11, n. 15, 2019. Disponível em: https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/valor_economico_reconhecimento_social.pdf. Acesso em: 11 out. 23.

SAMPAIO, R. *Da noção de violência urbana à compreensão da violência do processo de urbanização*. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec Editora, 1978.

SANTOS, C. S. Do lugar do negócio à cidade como negócio. In: ALVAREZ, I.; CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. (org.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Contexto, 2018.

VOLOCHKO, D. A moradia como negócio e valorização do espaço urbano metropolitano. In: *A cidade como negócio*. CARLOS, A. F. A. C.; VOLOCHKO, D.; PINTO, I. (orgs). São Paulo: Contexto, 2015.